



Financiando a Bioeconomia

Uma contribuição para a Iniciativa do G20

Setembro | 2024

CONTEXTO

No dia 12 de setembro, o evento *Como Financiar a Bioeconomia Positiva para o Clima, Natureza e Pessoas* reuniu representantes de bancos multilaterais, empresas, setor financeiro, academia e terceiro setor para um dia repleto de discussões e oficinas sobre o financiamento da bioeconomia. O evento foi organizado por um grupo de organizações que têm trabalhado juntas desde o início de 2023 para apoiar a Iniciativa do G20 sobre Bioeconomia (GIB) e a agenda de bioeconomia.

O evento ocorreu um dia após a GIB aprovar dez princípios para a bioeconomia, setor considerado peça-chave para a transição justa e sustentável rumo a uma economia resiliente ao clima e que beneficie a natureza e as pessoas.

Além da abertura e do encerramento, a programação da manhã foi dividida em quatro mesas e contou com a participação de 20 painelistas e moderadores, incluindo representantes dos ministérios das Relações Exteriores, da Fazenda, do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e da Indústria e Comércio que coordenaram a GIB, para discutir o financiamento da bioeconomia, seus desafios e possibilidades.

Um dos destaques foi o lançamento do estudo *Financiando uma Bioeconomia Global Sustentável*, fruto de colaboração entre a NatureFinance e o Fórum Mundial de Bioeconomia e apoiado por outras 20 organizações nacionais e internacionais. Faz parte de uma série, que inclui os relatórios *A Bioeconomia Global – Levantamento Preliminar das Estratégias e Práticas do G20* (1) e o documento final da Força-Tarefa sobre Mercados de Natureza – *Colocando os Mercados de Natureza para Funcionar* (2), lançado em 2023, em Belém.

O G20 é um fórum crucial para a tomada de decisões – reúne os países responsáveis por 87% do PIB mundial e 80% das emissões de gases de efeito estufa. Está sob a liderança do Brasil até novembro de 2024, quando será divulgada a Declaração do Rio, e passará para a África do Sul em 2025.

A **Iniciativa do G20 sobre Bioeconomia** foi lançada pelo Brasil à frente do G20 e em setembro obteve a conquista histórica de, pela primeira vez, aprovar multilateralmente um documento em que a bioeconomia é o objeto central. São os **Princí-**

(1) <https://www.naturefinance.net/pt-br/resources-tools/global-bioeconomy-g20-stocktake/>

(2) <https://www.naturefinance.net/wp-content/uploads/2023/08/ColocandoOsMercadosDeNatureza>

pios de Alto Nível, que servirão de base para as discussões futuras sobre bioeconomia no mundo. A África do Sul está comprometida em dar sequência às discussões.

Paralelo ao G20, o Brasil levará o tema às próximas conferências das Nações Unidas – a da

Biodiversidade (COP16), na Colômbia, e as do Clima (a COP29, no Azerbaijão, e a COP30, em Belém (PA), em 2025, a primeira a ser realizada na Amazônia).

A seguir, um resumo das discussões no evento e do relatório (assista a íntegra [aqui](#)).

O EVENTO EM NÚMEROS

150

Participantes

16

Representantes de governos das esferas federal, estaduais e municipais

6

Eram autoridades responsáveis por negociações na GIB



OS PAINÉIS

1 Cerimônia de abertura

Sérgio Besserman Vianna, presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico
Karen Oliveira, diretora de Políticas Públicas e Relações Governamentais na The Nature Conservancy

Principais pontos:

Ênfase à importância da bioeconomia e da restauração ambiental, que precisa de um esforço conjunto para avançar. Destaque para a aprovação dos princípios de bioeconomia na GIB, sendo a primeira vez que o tema é foco central de um documento aprovado multilateralmente.

2 A Bioeconomia Global: o que é e como financiá-la?

Jukka Kantola, fundador e CEO no Fórum Mundial de Bioeconomia e chair na Associação Mundial de Bioeconomia

Simon Zadek, co-CEO na NatureFinance

Moderadora: Maria Netto, diretora executiva no Instituto Clima e Sociedade (iCS)

Principais pontos:

A bioeconomia precisa ter um equilíbrio entre biorecursos, biotecnologias e bioecologia para ter sucesso na implementação internacional. Existem estratégias pelo mundo dedicadas a essa agenda e um esforço para buscar financiamento para equilibrá-la. Princípios precisam ser embasados e aprovados pelas nações envolvidas na bioeconomia.

O financiamento sustentável vem sendo desenvolvido desde a década de 1970 e hoje tem foco na mitigação das mudanças climáticas e biodiversidade. Foram US\$ 6 trilhões nos últimos anos investidos em questões de mudanças climáticas, segundo o Fórum Mundial de Bioeconomia.

Por que a colaboração internacional é necessária? Para escalar impactos positivos, mitigar riscos, ter padronização e métricas, melhorar mecanismos de financiamento, estabelecer regras internacionais, construir conhecimentos e capacidades e coordenar políticas globais.

A bioeconomia global é fundamental na transição para uma economia mais equitativa, de baixo carbono, resiliente ao clima e positiva para a natureza. Deve ser imaginada, desenvolvida, governada — e financiada — coletivamente.

No painel foi apresentado o relatório *Financiando uma Bioeconomia Global Sustentável*, com destaque para:

O relatório dividiu a bioeconomia em três frentes:



Bioeconomia Intensiva em Natureza

A **Bioeconomia Intensiva em Natureza** refere-se a um sistema econômico que usa recursos, processos e princípios biológicos para produzir bens e serviços. Ela abrange vários setores, incluindo **agricultura, silvicultura, pesca, alimentos e bioenergia**. O objetivo da bioeconomia é criar um crescimento econômico sustentável e, ao mesmo tempo, reduzir o impacto ambiental e a dependência de combustíveis fósseis.



Bioeconomia Avançada

A **Bioeconomia Avançada** representa uma evolução das práticas bioeconômicas tradicionais, concentrando-se no uso de **tecnologias inovadoras e processos biológicos avançados para criar produtos com valor agregado**. Seu objetivo é enfrentar os desafios ambientais e econômicos, oferecendo alternativas sustentáveis aos produtos de origem fóssil, e aumentando a eficiência e a sustentabilidade dos processos de produção.






Bioeconomia de Alta Tecnologia

A **Bioeconomia de Alta Tecnologia** refere-se ao segmento da bioeconomia voltado para a **produção de bioprodutos de alto valor, especializados e, muitas vezes, tecnologicamente sofisticados**. Esses produtos são caracterizados por suas funcionalidades avançadas, inovação e maior valor de mercado em comparação aos produtos tradicionais de base biológica ou commodities.

Fonte: *Financiando uma Bioeconomia Global Sustentável*

A partir dessas abordagens, o financiamento da bioeconomia tem desafios de origens diversas. Não é possível, por exemplo, financiar de maneira igual um agricultor na Amazônia e uma indústria de fármacos. Eles usam a bioeconomia, mas a forma é diferente. É preciso garantir que haja precificação da natureza de maneira a não exaurir os recursos..

Os desafios de financiamento foram mapeados de acordo com as abordagens:

	 Bioeconomia Intensiva em Natureza	 Bioeconomia Avançada	 Bioeconomia de Alta Tecnologia
Altos custos de P&D	Baixo	Moderado/Alto	Alto
Escalabilidade	Fácil	Longa duração	Moderado
Volatilidade do mercado	Moderado/alto	Moderado/alto	Moderado
Aceitação do consumidor	Baixo	Alto	Alto
Incerteza regulatória	Moderado	Moderado/alto	Desafio relacionado à biossegurança / biosseguridade
Custos de compliance	Moderado	Moderado/alto	Baixo
Alto investimento inicial	Depende da aplicação	Frequente	Moderado
Tempo de Payback do Investimento	Moderado	Alto	Alto
Acesso ao capital	Moderado	Alto	Alto
Garantias de empréstimo	Moderado	Alto	Alto
Seguros	Moderado a alto	Alto	Alto, mas especializado
Disponibilidade de matéria-prima	Regional	Regional	Baixa
Logística e infraestrutura	Bem estabelecida	Em desenvolvimento	Avançada e específica
Impacto na biodiversidade	Moderado	Baixo a moderado	Baixo
Equidade e inclusão	Moderado	Alto	Alto
Retorno sobre o investimento	Constante	Alto	Alto, mas variável
Métricas de performance	Claras	Claras, mas em evolução	Avançadas e específicas

Leia mais no estudo *“Financiando uma Bioeconomia Global Sustentável”*

Já existem mecanismos inovadores na cadeia de bioeconomia. Para financiá-la não é preciso reinventar, mas usar muito da inovação já desenvolvida e aplicá-la às necessidades da bioeconomia.

Entre os instrumentos de financiamento sustentável existentes e que podem ser utilizados estão venture capital; capital privado e público; títulos verdes; empréstimos vinculados à sustentabilidade; parceria público-privada; subsídios e subvenções; créditos de carbono e de biodiversidade; além de instrumentos aceleradores como fundos de soluções baseadas na natureza; plataformas de financiamento de economia circular; fundos de clima e outros.

O financiamento da bioeconomia requer abordagem e atuação integrada. Acelerar o financiamento da bioeconomia envolve:

- Adotar os princípios de alto nível do G20 como uma forma para alinhar as políticas públicas no avanço de uma bioeconomia sustentável;
- Incluir riscos relacionados à natureza em decisões de negócios por meio de padrões adotados em relatórios;
- Taxonomias de financiamento verde podem moldar o comportamento de investimento;
- Adotar políticas que incentivem e ou imponham penalidades a produtos da bioeconomia de acordo com seu impacto na biodiversidade;
- Reverter subsídios fósseis e ambientais perversos, redirecionando para negócios com impacto positivo.

3 Financiando uma Bioeconomia Diversa: Uma Visão Holística para Clima, Natureza e Pessoas

João Victor Pankararu, consultor técnico do Fundo APIB e ponto focal SHANDIA para o Brasil

Fabiana Alves, CEO Brasil no Rabobank

Svetlana Klimenko, Líder global de Finanças Sustentáveis no Banco Mundial

Moderador: Marcello Brito, secretário executivo no Consórcio Amazônia Legal

Principais pontos:

Os focos da discussão foram experiências em financiamento para bioeconomia.

Povos indígenas e comunidades tradicionais entendem que já executam a bioeconomia a partir de suas práticas e realidades. Um caminho adotado, com o apoio da APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, tem sido a criação de fundos para financiamento de projetos de gestão territorial, economia sustentável, fortalecimento institucional, capacitação, como forma de apoiar as comunidades no desenvolvimento da bioeconomia. Atualmente, são nove fundos sendo executados.

Ao tratar da estrutura da produção no agronegócio e como chegar a um modelo de financiamento no Brasil que incorpore questões ambientais, a discussão envolveu a necessidade de o setor financeiro fazer uma transição do atual binômio risco-retorno para incorporar a sustentabilidade. Nesse desafio entram questões como oferta-demanda, incorporação de risco de crimes ambientais, criação de taxonomia e formas de mensurar resultados.

Ao discutir o papel de bancos multilaterais, o financiamento da bioeconomia surge como um tópico novo, com definições, estruturas de projeto e métricas de sucesso ainda em desenvolvimento. Houve destaque para a importância de bancos de fomento na condução de investimentos responsáveis, principalmente por terem o mandato de explorar novos setores e enfrentar desafios complexos. A representante do Banco Mundial exemplificou o papel dessas instituições, destacando o Memorando de Entendimento assinado entre o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com foco na Amazônia e na bioeconomia, visando definir melhor a estrutura de projetos e facilitar o acesso a fundos, sem comprometer as normas e salvaguardas, especialmente em relação a comunidades indígenas e locais.

4 Financiando a Bioeconomia no G20 e Além: Desafios e Oportunidades para construir uma Bioeconomia Equitativa e Positiva para a Natureza

André Corrêa do Lago, secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente no Ministério das Relações Exteriores

Cristina Reis, subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável no Ministério da Fazenda

Carina Pimenta, secretária Nacional de Bioeconomia no Ministério, Meio Ambiente e Mudança do Clima

Rodrigo Rollemberg, secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Leandro Pedron, diretor do Departamento de Programas Temáticos do Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação

Ben Durham, diretor-chefe de Bio-inovação no Departamento de Ciências e Inovação da República da África do Sul

Dame Amelia Fawcett, co-chair do Painel Consultivo Internacional sobre Créditos de Biodiversidade

Moderador: Marcelo Furtado, principal na NatureFinance e head de Sustentabilidade na Itaúsa

Principais pontos:

Com a participação de seis negociadores da Iniciativa do G20 sobre Bioeconomia, o painel destacou a relevância da aprovação dos Princípios de Alto Nível para avanços da bioeconomia global.

Os legados da GIB na visão de:

Ministério do Meio Ambiente: estratégia de bioeconomia precisava ter, tanto no âmbito nacional como internacional, um entendimento claro de como fazer essa economia na perspectiva do sistema de produção, do uso de biodiversidade, do papel dos serviços ecossistêmicos e que fosse abrangente, que permeasse diversos setores. Conseguiram colocar no G20 essa discussão. Agora tem um documento (HLP) para dizer por onde passa a bioeconomia.

Ministério do Desenvolvimento: espera que os HLPs contribuam para intensificar o comércio internacional e retirar barreiras comerciais. A bioeconomia é indispensável para a segurança alimentar, energética e climática do planeta. É importante para intensificar a cooperação. Fundamental trocar competição para cooperação.

Ministério da Ciência e Tecnologia: entender a continuidade da agenda para além da perspectiva de ciência e tecnologia. Começar a levar a discussão para outros fóruns, juntando outros ministérios. O legado é a translação da ciência para os princípios aprovados. Primeiro passo para a continuidade é a cooperação científica. Foi um avanço conseguir convergir em um fórum internacional e, ao mesmo tempo, compartilhar os mesmos desafios que precisam ser superados em parceria.

Ministério da Fazenda: conseguir no prazo de um ano trazer um tema que não era tratado no G20 para uma discussão de forma ampla, tirar os dez princípios sem resumir em conceitos, foi um avanço importante.

Ministério das Relações Exteriores: destacou o processo de negociação internamente no governo brasileiro, o envolvimento de organizações da sociedade e a receptividade de outros países do G20 para incluir a bioeconomia como foco, culminando na aprovação dos HLPs, que serão balizadores do tema. Próximas etapas serão desafiadoras e vão fortalecer a discussão. Agora o Brasil vai trabalhar com o avanço do tema para a COP30.

A visão da África do Sul: destacou o resultado positivo do Brasil ao “dar o primeiro passo”, trazendo abordagem unificada sobre bioeconomia. Escopos de atenção a partir de agora passam por apoiar a África do Sul, país que já tem estratégia de bioeconomia definida e que a vê como grande oportunidade a ser desenvolvida. Segundo ponto é desenvolver uma plataforma que possa incentivar intervenções da bioeconomia a partir de visão mais global. A África do Sul sabe que não é suficiente para desenvolver uma boa estrutura da bioeconomia sem arriscar. As questões climáticas interferem bastante. É preciso reconhecer que existe novo paradigma. Ideia é uma bioeconomia que construa escala, traga novas possibilidades financeiras e de forma efetiva. Indicou que a África do Sul dará continuidade à inclusão da bioeconomia como tema de destaque no G20.

Entre os desafios levantados estão a necessidade de dar escala à bioeconomia, enfrentando problemas de logística e desenvolvendo modelos de negócio que incluam comunidades tradicionais e povos originários (muitas vezes que estão fora do sistema bancário-financeiro e sem acesso à internet). Também a necessidade de formação de recursos humanos voltados ao setor e o desenvolvimento de métricas transparentes e confiáveis.

No caso do Brasil, foram destacadas políticas públicas em andamento em que a bioeconomia está incorporada, entre elas o [Plano de Transformação Ecológica](#), a proposta de [Taxonomia Sustentável Brasileira](#), o projeto em tramitação no Congresso que prevê a regulação do mercado de carbono e a proposta do Fundo Internacional de Florestas Tropicais, que propõe o pagamento de um valor fixo anual para cada hectare de floresta de pé, havendo desconto no valor a receber para cada hectare desmatado ou degradado.

Sobre o mercado de créditos de biodiversidade: defesa pela criação de um mercado de alta integridade para financiar a bioeconomia e promover a conservação da natureza. Destaque para a necessidade de integrar as finanças e o meio ambiente, considerando tanto as necessidades locais quanto os objetivos globais, sendo crucial para o desenvolvimento desses mercados. É importante ter princípios claros, padrões globais e regulamentação do mercado para gerar confiança e atrair investimentos dos setores público e privado. A demanda por créditos de biodiversidade parte de grandes empresas, mas está condicionada a mercados confiáveis e transparentes. Por isso a importância de padrões rigorosos, base científica, mensurabilidade, verificação independente e repartição justa de benefícios para garantir aos investidores o impacto positivo dos créditos.

5 Soluções Baseadas na Natureza e a agenda do G20

Amanda Brasil, coordenadora sênior de Programas na Climate Policy Initiative

Ana Yang, diretora de Meio Ambiente e Sociedade da Chatham House

Moderador: Lucca Rizzo, especialista em Finanças Climáticas no Instituto Clima e Sociedade

Principais pontos:

Durante o painel foi lançado o estudo *Ferramentas para Impulsionar o Financiamento de Soluções Baseadas na Natureza*, do Climate Policy Initiative (CPI), em parceria com o Instituto Clima e Sociedade (ICS), desenvolvido no Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis do G20.

O estudo analisa 12 casos de financiamento de soluções baseadas na natureza e identifica três ferramentas para aumentar o financiamento: a criação de ambientes viabilizadores, o envolvimento dos beneficiários nas estruturas de financiamento e o uso de garantias como agentes de redução de riscos.

Também foram discutidas recomendações para países do Sul Global em relação ao financiamento de iniciativas em soluções baseadas na natureza.

6

Encerramento: Afinal, do que precisamos para tornar a Bioeconomia Global Positiva para a Natureza?

Ilona Szabó, co-fundadora e presidente do Instituto Igarapé

Gustavo Martins, Gerente na NatureFinance

Juliana Lopes, diretora de Natureza e Sociedade no Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

Andrea Álvares, Líder do Fundo FamaGaia Sociobioeconomia

Joana Oliveira, secretária executiva da Rede Pan-Amazônica pela Bioeconomia

Moderadora: Luana Maia, diretora adjunta na NatureFinance

Principais pontos:

O painel teve o objetivo de apresentar uma síntese das discussões realizadas simultaneamente no período da tarde em cinco oficinas de grupos.

- a. Promovendo uma Bioeconomia Inclusiva e Sustentável:** objetivo de discutir novas abordagens para acelerar negócios compatíveis com a floresta em pé, abordando desafios e oportunidades de promover soluções baseadas na natureza em regiões críticas. **Relatora: Ilona Szabó.**

O workshop ressaltou a importância de fortalecer a resiliência dos territórios amazônicos, enfrentando o desafio de atrair negócios de alta integridade e escalar soluções sustentáveis que beneficiem as populações locais e comunidades indígenas e tradicionais. Para isso, é fundamental alinhar estratégias locais e políticas públicas, assegurando que as comunidades participem ativamente do processo, desde o planejamento até a implementação. A coordenação entre empreendedores, investidores, autoridades públicas e organizações da sociedade civil foi identificada como um elemento crucial para superar a fragmentação e garantir que os recursos fluam de maneira eficiente e sustentável. Os desafios da ilegalidade e da informalidade também foram abordados, com destaque para a necessidade de combater essas práticas por meio de um ambiente regulatório mais robusto e políticas de incentivo que promovam a conformidade. A mitigação dos riscos financeiros, operacionais e territoriais foi vista como um elemento essencial para atrair investimentos, incluindo o uso de instrumentos inovadores, como os créditos de biodiversidade. Foi destacado que esses créditos devem se inspirar nas experiências dos mercados voluntários de carbono para garantir alta integridade. A criação de “ilhas de prosperidade” — áreas onde governança, segurança institucional e inclusão social funcionam como pilares para o desenvolvimento sustentável — foi sugerida como uma estratégia para criar modelos replicáveis em outras regiões da Amazônia.

- b. Construção de Recomendações para o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia:** objetivo de construir recomendações para o plano, que estabelecerá ações e medidas para a implementação da Estratégia Nacional de Bioeconomia. **Relatora: Juliana Lopes.**

Após ouvir de integrantes da Secretaria de Bioeconomia a visão estratégica do plano, o grupo aprofundou o debate em dois eixos – instrumentos financeiros (públicos e privados) e instrumentos

de mercado. A partir da identificação de gargalos, algumas propostas colocadas para o primeiro eixo foram: incentivar compras garantidas (tanto de governo como setor privado); atrelar metas de bioeconomia para instituições financeiras; fortalecer e implementar o pagamento por serviços ambientais (PSA), melhorando a competitividade; criar linhas de crédito específicas para bioeconomia e para o fortalecimento de associações e cooperativas; redistribuir recursos financeiros de atividades não-sustentáveis para sustentáveis; e criar um fundo garantidor para bioeconomia. No eixo instrumentos de mercado apontam: trabalhar a perspectiva de cada um dos territórios, fortalecer institucionalmente (técnico e administrativo) cooperativas locais; enfrentar gargalos de logística e sistematizar dados de atividades já existentes e do potencial da bioeconomia.

- c. Panorama de Financiamento Climático para Bioeconomia:** objetivo apresentar o panorama de financiamento climático para a bioeconomia. **Relator: Gustavo Martins.**

Durante a oficina, a discussão focou nos desafios de financiar a bioeconomia no Brasil, especialmente em garantir que o financiamento chegue aos pequenos produtores e comunidades tradicionais, que enfrentam dificuldades com regularização fundiária e falta de assistência técnica. A governança territorial foi um tema recorrente, com destaque para o Cadastro Ambiental Rural (CAR), cuja implementação ineficiente afeta o acesso ao crédito. Outra parte importante da discussão foi sobre a desigualdade no financiamento entre diferentes setores da bioeconomia. Setores tecnológicos, como biotecnologia, têm maior acesso a recursos, enquanto áreas como agricultura familiar e restauração florestal enfrentam desafios significativos. Para superar essas barreiras, a oficina sugeriu uma abordagem mais integrada, com maior foco em governança e suporte técnico para garantir que o financiamento chegue onde é mais necessário. Os participantes ressaltaram a necessidade de criar novos mecanismos financeiros, como seguros e garantias, que atendam às especificidades da bioeconomia.

- d. Do que precisamos para financiar uma bioeconomia equitativa:** proposta foi abordar aspectos práticos para a criação de uma bioeconomia equitativa. **Relatora: Andrea Álvares.**

Discussões partiram do que é equidade e do fato de que a atual situação, com a urgência climática e uma perda acelerada de biodiversidade, é resultante de assimetrias estruturais que vêm de modelos econômicos, sociais e políticos que estabeleceram formas de acesso ou não ao capital. Sugerem repensar a lógica de maximizar retorno e minimizar risco, sugerem descentralização e repensar a distribuição dos recursos para quem está na ponta.

*(**) Esse debate continuará na COP16, na Colômbia, em evento promovido pela NatureFinance.*

- e. Caminhos para governança e financiamento eficazes da sociobioeconomia na Pan-Amazônia:** elaborar recomendações para mobilizar capital e alavancar estratégias de cooperação e financiamento específicas. **Relatora: Joana Oliveira.**

Escolheram falar de governança, tendo um olhar para fomentar a bioeconomia em comunidades locais e povos indígenas. Entre as recomendações está financiar a formação e a articulação dessas comunidades para participarem de debates e fóruns internacionais, criando editais e fundos de fomento com o objetivo de aumentar as vozes e visões nos espaços multilaterais. Outro ponto foi a necessidade de tornar esses espaços mais inclusivos, adaptando até mesmo a linguagem usada. Sobre as métricas de impacto, a discussão é como criá-las de maneira a refletir as realidades das comunidades.

Organização



Apoio



Apoio Institucional

